



**ACÓRDÃO Nº557/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11329/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Secretaria Municipal da Mulher, de Assistencia Social e Direitos Humanos - SEMMASDH
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Responsável:** Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/MA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2095/2018-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal da Mulher, de Assistencia Social e Direitos Humanos - SEMMASDH. Exercício de 2016.

*Revelia. Irregularidade. Multa. Alcance.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel** a Sra. Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro, Gestora e Ordenadora de Despesas, da **Secretaria Municipal da Mulher, da Assistência Social e Direitos Humanos - SEMMASDHA** no exercício de 2016, nos termos do art. 20, § 3º, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 88 da Resolução nº 04/2002.
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Sra. Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro**, Secretária da SEMMASDHA e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c”, c/c com o artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei nº. 2423/1996-LOTCE/AM, referente ao exercício de 2016.
- 10.3. **Aplicar Multa** a **Sra. Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro**, Secretária da SEMMASDHA e Ordenadora de Despesas, à época, no valor de **R\$ 21.920,64** (Vinte e Um Mil, Novecentos e Vinte Reais e sessenta e Quatro centavos), na forma prevista no art. 1º, XXVI, da Lei 2.423 de 10.12.1996 - LOTCE, nos termos do artigo 54, incisos II



**ACÓRDÃO Nº557/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

e III, da Lei nº 2.423/1996 - LOTCE c/c o artigo 308, inciso VI, do Regimento Interno (Resolução TCE nº 04/2002), inciso acrescentado pelo artigo 2º, da Resolução nº 25, de 30 de agosto de 2012, pelo cometimento das impropriedades listadas nos itens 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, itens 6.5, 6.6, 6.7, 6.8 e subitens, itens 6.9, 6.10 e, 6.11, subitem 6.11.1, item 6.12, subitem 6.12.1 e item 6.13, subitem 6.13.2 do Relatório/Voto.

**3.1.** Fixe o prazo de 30 (Trinta) dias para para que a Senhora **MARIA GORETH GARCIA DO CARMO RIBEIRO**, Secretária da **SEMMASDHA** e Ordenadora de Despesas, à época, proceda com o recolhimento da multa a ela imputada ao Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, por força do art. 2º, VI, da Lei nº 4375/2016, por meio de Documento de Arrecadação – DAR Avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código “5508 – Multas Aplicadas pelo TCE/AM - FAECE”, devendo a Responsável comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, “a” da Lei nº 2423/1996, c/c o art. 169, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa;

**3.2. AUTORIZA** a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança Executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, em conformidade com 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

**10.4. Considerar em Alcance a Sra. Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro**, Secretaria e Ordenadora de Despesas, à época, no valor de **R\$ 52.026,01** que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Secretaria Municipal da Mulher, de Assistência Social e Direitos Humanos - SEMMASDH, nos moldes a seguir:

**10.4.1. R\$ 1.422,00** (Um Mil e Quatrocentos e Vinte e Dois Reais), em razão da impropriedade não sanada e relacionada no subitem 6.11.1 do Relatório/Voto, nos termos do artigo 304, III, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**3.2. R\$ 191.54** (Cento e Noventa e Um Reais e Cinquenta e Quatro Centavos), em razão da impropriedade não sanada e relacionada no **SUBITEM 6.12.2** deste Relatório/Voto, nos termos do artigo 304, III, da



**ACÓRDÃO Nº557/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**4.3. R\$ 297,95** (Duzentos e Noventa e Sete Reais e Noventa e Cinco Centavos), em razão da impropriedade não sanada e relacionada no **SUBITEM 6.13.1** deste Relatório/Voto, nos termos do artigo 304, III, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**4.4. R\$ 10.300,51** (Dez Mil, Trezentos Reais e Cinquenta e Um Centavos), em razão da impropriedade não sanada e relacionada no **SUBITEM 6.15** deste Relatório/Voto, nos termos do artigo 304, III, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**3.5. R\$ 33.173,15** (Trinta e Três Mil, Cento e Setenta e Três Reais e Quinze Centavos) em razão da impropriedade não sanada e relacionada no **SUBITEM 6.16** deste Relatório/Voto, nos termos do artigo 304, III, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**4.6. R\$ 6.640,86** (Seis Mil, Seiscentos e Quarenta Reais e Oitenta e Seis Centavos) em razão da impropriedade não sanada e relacionada no **SUBITEM 6.17** deste Relatório/Voto, nos termos do artigo 304, III, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

**4.7. FIXE PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**, a contar da notificação, para que a **RESPONSÁVEL** recolha os valores das multas acima aplicadas aos cofres da Fazenda Pública Municipal, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea “a” e “b”, c/c o artigo 72, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 2.423/1996 e o artigo 169, inciso I, c/c o artigo 174, *caput*, da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

**4.8. RECOMENDE À PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS**, caso o valor da condenação não venha a ser recolhida dentro do prazo estipulado, **A INSTAURAÇÃO DA COBRANÇA EXECUTIVA E A INSCRIÇÃO DO DÉBITO NA DÍVIDA ATIVA**, em consonância com o art. 72, III, alínea “a” e art. 73, ambos da Lei nº 2.423/96 - TCE/AM (Lei Orgânica), c/c o art. 169, II e art. 173 e 308, § 6º, todos da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM (Regimento Interno).

**5. EM DECORRÊNCIA DOS INDÍCIOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA** (Lei 8.429/92) **RECOMENDE** ao Ministério Público de Contas que, se for o caso, **REPRESENTE** ao **MINISTÉRIO PÚBLICO**



**ACÓRDÃO Nº557/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**ESTADUAL** acerca das irregularidades consignadas neste caderno processual, colocando-se os autos à sua disposição, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à espécie, nos termos do artigo 114, inciso III, da Lei Estadual nº 2.423/1996 e artigo 54, inciso XII, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

**6. DETERMINAR À ORIGEM QUE COMPROVE JUNTO A ESTE TRIBUNAL DE CONTAS:**

**6.1.** A existência de que o ente possui informações sobre Transparência na internet, conforme art. 48, II da LC nº. 101/00 e art. 8º, §2º da Lei nº. 12.527/11;

**6.2.** Existência de informações das receitas, despesas, licitações e contratos dos últimos 6 meses conforme preceituado pelos art. 48-A, II da LC nº. 101/00; art. 7º, II do Decreto 7.185/10 e art. 8º. § 1º, IV da Lei nº. 12.527/11;

**6.3.** Que no site há registro das competências e estrutura organizacional do ente, bem como divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público, como determina o art. 8. §1º, I, da Lei nº. 12.572/11 e art. 7º, §2º, VI do Decreto 7.724/201.

**11- Ata:** 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de Agosto de 2018

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral